Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

Opinião SOCIALISTA

Ano II nº 37
3/7/97 a 16/7/1997
Contribuição R$ 1,00

Wladimir Souza

25 DE JULHO VEM AÍ

Sérgio Koe

Não à condenação de Zé Rainha!

PM de Minas faz greve histórica e arranca aumento

página 9

Crescem manifestações contra Menem na Argentina

página 11

Congresso da UNE debate estratégia contra FHC

páginas 5, 6 e 7

C U R T A S

Bagatela. Por R$ 311,1 milhões (oficialmente) o Banco Itaú comprou o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj) em leilão realizado no final de junho. Embora com prejuízos acumulados de R$ 1 bilhão (números do BC) o Banerj tem ativos de R$ 3 bilhões em depóstios, cadernetas de poupança entre outros, além das 193 agências.

◆

Farsa. Mas isso não é nada. O Banco Itaú pagou tudo em moeda podre, com títulos da Elet, moeda de privatização que tem como origem dívidas renegociadas da Eletrobras. Como esses títulos têm um deságio de 50% no mercado financeiro, o Itaú está na prática comprando o Banerj por R$ 155,5 milhões, ou seja, metade do preço oficialmente pago no leilão.

◆

Dominó I. O efeito dominó da greve das polícias militar e civil de Belo Horizonte já começa a aparecer. Em São Paulo, as entidades que representam os cabos, soldados sargentos e subtenentes da PM vão formalmente apresentar ao Secretário de Segurança Pública a reivindicação de piso salarial de R$ 884. Os funcionários da Polícia Civil já se declararam em estado de greve.

◆

Dominó II. Tem mais. Em Porto Alegre, já ocorreu em 26 de junho uma manifestação dos policiais civis e da Brigada Militar. Em Pernambuco, a PM e a Polícia Civil planejam uma passeata conjunta em julho e realizarão assembléias entre os dias 10 e 12. Existe também mobilização em outros estados como Ceará e Bahia.

◆

Banda B. Quinze. Este é o número de grupos estrangeiros espalhados pelos 7 consórcios que disputam a Banda B da privatizada telefonia celular. Já entre os grupos nacionais destacam-se as Organizações Globo e o banco Bradesco, que associados a AT&T norte-americana e a Stet italiana, disputam nove das dez regiões do país divididas pelo governo para a exploração da telefonia celular.

◆

Bandalheira. Mas a farra não se resume a banda B da telefonia celular. Com a recente aprovação da Lei Geral de Telecomunicações na Câmara dos Deputados e que agora vai para o Senado, o governo poderá já a partir de 1998 privatizar a Embratel e as 27 empresas do sistema Telebras, as teles. Nunca é demais lembrar: quem abocanhar a Embratel terá o controle da transmissão de imagens e sinais via satélite no Brasil.

◆

Contribuição. Para o governo, a privatização das estatais é uma necessidade para atrair investimentos e promover crescimento e desenvolvimento. Pois bem, a primeira grande contribuição visível das ex-estatais é para o desemprego. 40.088 pessoas foram demitidas dessas empresas depois que elas passaram para as mãos dos grupos capitalistas.

◆

Ranking. Quem lidera esse sinistro ranking é a Rede Ferroviária Federal (já quase totalmente privatizada) com 17.226 demissões, depois vem a CSN com 4.536 e a Light com 3.968. A Vale do Rio Doce já demitiu 210 desde a sua privatização. Números que nunca entram nas propagandas oficiais do governo federal.

O QUE SE VIU

Sérgio Koei

Duas mil pessoas participaram de passeata nas ruas de São Paulo no último dia 28 de junho na comemoração do Dia Internacional do Orgulho Gay e Lésbico. No Rio de Janeiro, no dia seguinte, uma caminhada em Copacabana reuniu mil pessoas.

O QUE SE DISSE

"No Brasil existem dois pretos que são admirados por todos. Um é o Pelé, que é o nosso rei de sempre. O outro é o rei asfalto. Todo mundo gosta do asfalto. É o preto que todo mundo gosta."

Eliseu Padilha, o ministro racista dos Transportes, "comentando" o investimento do governo nas estradas durante um seminário na cidade de Araçatuba, em São Paulo. Deveria ser feito uma pesquisa para saber o que os 70 milhões de negros do país pensam desta desprezível figura.

"Nossa principal meta neste quarto ano de real é gerar emprego de qualidade e aumentar a renda do trabalhador. Vamos impulsionar três setores com capacidade de gerar emprego: construção civil, agricultura e turismo."

Fernando Henrique, em discurso comemorativo dos três anos do real diante de 300 empresários da Confederação Nacional de Indústria. A demagogia eleitoral de FHC começou um ano antes. No jornal *O Globo*, em 2/7/97.

"FHC, se reeleito, viverá um pesadelo"

Raimundo Faoro, jurista e historiador, comenta as perspectivas e o desgaste que deverá sofrer Fernando Henrique num eventual segundo mandato. Que assim seja. Na revista *Carta Capital*, 25/6/97.

"Na economia, o grande programa do governo tucano é meu: aprovar o pacote de reformas constitucionais para fazer o país andar."

Fernando Collor de Mello, ele mesmo, fala sobre o governo FHC e o seu programa. Não temos dúvidas de que, nisso, Collor tem razão. Na revista *Veja*, 25/6/97.

P S T U

◆**Nacional:** Tel - 549-9699/ 575-6093 (SP) ◆ **São Paulo (SP):** Rua Nicolau de Souza Queiroz 189 - Paraíso- Tel (011) 572-5416 ◆**São Bernardo do Campo (SP):** Rua João Ramalho 64 - Tel (011) 756-0382 ◆ **Guarulhos (SP):** Rua Glauce Souza Lima 17 Vila Augusta ◆ **São José dos Campos (SP):** Rua Mario Galvão 189 Centro Tel (0123) 41-2845 ◆ **Rio Claro (SP):** Av. 1, 1143 Centro - Tel 24-0193 ◆ **Niterói (RJ)** Rua Marques de Caxias 87, centro ◆**Rio de Janeiro (RJ):** Rua da Candelária 87 4º And. Tel (021) 233-7374 ◆ **Florianópolis (SC):** Av. Hercílio Luz, 820 - centro CEP 88020-001 ◆ **Duque de Caxias (RJ):** Rua Nunes Alves 75 Sala 602 ◆**Belo Horizonte (MG):** Rua Carijós, 121, sala 201, CEP 30120-060 ◆ **Natal (RN):** Av. Rio Branco 815 Centro ◆**São Luís (MA):** Rua Candido Ribeiro, 441 Sala 1 Centro - (098) 232-4683 ◆ **Macapá (AP):** Av. Diogenes Silva - Buritizal ◆ **Maceió (AL):** Rua Minas Gerais,197/2 - Poço ◆ **Brasília (DF):** SDS Ed. CONIC - Sobreloja 21 - cep 70391-900 Tel (061) 225-7373 ◆ **Goiânia (GO):** (062) 229-2546 ◆ **Belém:** Rua Riachuelo, 134 Comércio Tel (091) 549-5388 ◆ **Manaus (AM):** Rua Emilio Moreira 821 Altos Centro (092) 234-7093 ◆ **Recife (PE):** Rua da Gloria, 472 Tel (081) 231-3800◆ **Fortaleza (CE):** Av. da Universidade 2333 Centro - Tel 221-3972 ◆ **Porto Alegre (RS):** Rua Borges de Medeiros, 549 4º andar Centro ◆ **Passo Fundo (RS):** Rua Teixeira Soares, 2063 ◆ **São Leopoldo (RS):** Rua São Caetano, 53 ◆ **Terezina (PI):** Rua Lizandro Nogueira 1655 sala 02 - Centro ◆**Aracajú (SE):** Av. Pedro Calazans 491 sala 105

Os nossos três endereços eletrônicos são:
sede.pstu@mandic.com.br
opin.socialista@huno.com.br
http//www.geocities.com/CapitolHill/3375

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. CGC 73282.907/000-64
Atividade principal 61.81.
Endereço: Rua Jorge Tibiriçá, 238 - bairro Saúde - São Paulo-SP-CEP 04126-000.
Impressão: Vannucci Gráfica.

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Mariúcha Fontana (MTb14555)

CONSELHO EDITORIAL
Martiniano Cavalcanti, Junia Gouveia, José Maria de Almeida, Valério Arcary e Carlos Bauer

EQUIPE DE EDIÇÃO
Mariúcha Fontana, Fernando Silva, Marco Antonio Ribeiro e Wilson H. da Silva

DIAGRAMAÇÃO
Inácio Marcondes Neto

EDITORIAL

Três anos de mentiras

Com pronunciamento de TV, campanha de marketing e empresários em Brasília, FHC "comemora" três anos de plano real. Na verdade, lança sua campanha à reeleição, com uma propaganda mentirosa. Os números "oficiais" não batem com o Brasil real. FHC diz que os salários tiveram aumento real, que assentou sem-terras como nunca, que o desemprego está sob controle e que seu plano vai gerar milhares de novos empregos e por aí vai.

Junto com essa campanha, o presidente sociólogo fez uma convocação extraordinária do Congresso com o objetivo de aprovar em julho a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal e as reformas Administrativa e da Previdência.

O governo reage à queda da sua popularidade com novos ataques e costurando a aliança da maior parte da burguesia em torno de sua re-candidatura.

Mas nestes três anos, o salário mínimo e as aposentadorias tiveram reajuste de 20%, contra uma inflação ou, aumento do custo de vida, de 65% ou 54% (de acordo com IBGE, Fipe e FGV). O funcionalismo federal amarga dois anos sem reajuste de salários. Na iniciativa privada as correções salariais têm perdido ou empatado com a inflação. E os índices que medem o custo de vida não são tão confiáveis. Pois nestes três anos, o preço do aluguel de uma casa teve aumento de 565%, o preço das tarifas de ônibus acumularam 92% de reajuste, o preço dos serviços em geral (telecomunicações, etc) aumentaram em média 205%. A energia elétrica subiu 41,5%. O desemprego mais que triplicou nestes anos.

O que este governo fez foi acudir os banqueiros. Estes sim levaram mais de R$ 20 bilhões com o Proer. Facilitou também a vida dos grandes empresários, que nunca lucraram tanto, além de ganharem de graça estatais lucrativas como a Vale do Rio Doce. Já o ensino, a Saúde e a Previdência vivem um caos devido à política de desmantelamento dos serviços públicos.

Contra as Reformas de FHC, por emprego, salário, terra e contra a condenação de Zé Rainha é hora de mobilizar. Neste dia 8, o funcionalismo público fará ato em Brasília contra as Reformas. Dia 25 de julho é o dia nacional de luta com paralisações onde for possível, convocado pela CUT. Começou a preparação de atos em todos os estados. Em São Paulo, a CUT, o MST, o Movimento Popular estão preparando um ato na Avenida Paulista, para o qual devem se dirigir marchas dos sem-terra de diferentes pontos do estado. Os metalúrgicos do ABC prometem parar por duas horas a Anchieta.

Vamos mobilizar! Foi muito grave a CUT não ter dado prosseguimento à grande mobilização de 17 de abril em Brasília, bem como é lamentável que o PT priorize as articulações eleitorais em detrimento das lutas. Dia 25 tem que retomar o rumo da luta inaugurado em 17 de abril. Esse é o caminho para derrotar FHC.

Todos às ruas dia 25, rumo à construção da greve geral.

Wladimir Souza

OPINIÃO

Pela liberdade de ser o que é!

Josué Delfino e Waltecy Alves,
secretário do núcleo de Gays e Lésbicas do PT; membro da coordenação do Dudu Adé

O projeto de "parceria civil registrada" que tramita no Congresso e tem acirrado os ânimos de setores conservadores da sociedade, garante aos gays, lésbicas e travestis uma minimização a curto prazo da desigualdade em relação a direitos devido a não avançar na luta auto afirmativa. É importante ressaltar que as alterações sofridas pelo projeto inicial da deputada Marta Suplicy, vêm no sentido estratégico de aprová-lo. Visto o alto índice de conservadorismo e hipocrisia no campo da sexualidade e principalmente em relação às minorias sexuais presente em setores que detém o poder político e econômico no Brasil, a sua aprovação, mesmo com as modificações, significa o pontapé inicial na luta pela visibilidade de pessoas homoeróticamente orientadas.

No momento em que o Brasil é citado pela Anistia Internacional como campeão em assassinatos de homossexuais, acreditamos que a aprovação desse projeto irá colocar a homossexualidade num patamar de respeitabilidade e aceitação muito maior.

O governo Fernando Henrique até o momento não se manifestou em relação ao projeto, o que demonstra de forma inequívoca a falta de compromisso em relação as questões de direitos dos setores excluídos da sociedade. No seu programa "Nacional de direitos humanos", nós homossexuais não recebemos o "status de seres humanos", já que o mesmo não avança em nada no campo da estratégia de eliminação do preconceito. No campo da legislação, somos citados apenas de forma genérica, não levando em consideração a média de 1 assassinato de homossexuais a cada quatro dias, sendo que em 25% destes casos os autores dos crimes foram apontados como sendo policiais e apenas 10% destes foram a julgamento.

No mês de junho, ocasião em que iria ser apresentado o projeto em Brasília verificou-se a frágil mobilização de grupos homossexuais a nível nacional e mesmo a nível local. Se faz urgente conclamarmos uma ampla reunião de grupos homossexuais e outros setores progressistas da sociedade, visando planejarmos estratégias de mobilização para a aprovação do projeto.

NÚMEROS

Pisos salariais das polícias nos estados

Estado	Salário (R$)	Estado	Salário (R$)
Paraná	735,32	R.S (Pol. Civil)	249,00
Amazonas	678,11	Ceará	360,00
Minas Gerais	615,00	Bahia	350,00
São Paulo	550,00	Rio de Janeiro	267,50
R.S. (PM)	484,76	Pernambuco	230,00

CARTAS

Sugestões de pauta

Como antigo militante acompanho com otimismo a trajetória do partido e de seus militantes, tenho percebido a dinâmica da luta de classes e todas as suas nuâncias através do Opinião Socialista, como de outros jornais operários. Mas considero que em algumas situações do cotidiano, o partido ainda não tem uma formulação definitiva que possa demonstrar sua política e orientar seus militantes. Com o crescimento alucinado das seitas protestantes, uma significativa parcela dos jovens e dos trabalhadores, sem perspectivas, adota esses braços do poder burguês como seus. Essas seitas e a majoritária Igreja Católica utilizam de séculos de resignação para domar mentes. Um dos pilares da religião é a caridade, instrumento que mascara as "boas" intenções e silencia no paternalismo as bocas descontentes.

Aproveitando também o trabalho do IES e da publicação do Suplemento do jornal seria interessante armar os militantes sobre essa nefasta política, para mostrar especialmente os limitados efeitos da caridade.

Vai aí outra solicitação: um artigo sobre as famosas ONG's, entidades financiadas pelo capital e que têm propostas difusas e confusas. Aliás, para confundir ainda mais, todo organismo de aglutinação do movimento de massas virou ONG. Discutir a natureza das ONG's, sua definição social e até seu impacto entre os trabalhadores seria muito útil para a militância e para os leitores do Opinião Socialista.

Agradeço desde já a atenção e o possível encaminhamento de minhas solicitações.

De um filiado do PSTU/SP

ENTREVISTA *Emmanuel Tourinho, professor da Universidade Federal do Pará*

"Queremos democratizar as decisões na Universidade"

A Universidade Federal do Pará (UFPA) realizou, nos dias 22 e 23 de abril, um processo democrático para a escolha do reitor. Concorreram os professores Cristovam Diniz (Renovação, *chapa apoiada pela reitoria*), *Nazareno Noronha* (Muque) *e Emmanuel Tourinho* (Movimento Mudança). *A vitória de Nazareno Noronha, um dos candidatos da oposição, foi simplesmente ignorada pelo então reitor, Marcos Ximenes, que enviou ao MEC a listra tríplice com os nomes dos três candidatos.*

Obviamente, foi nomeado o professor Diniz. Para nos contar como foi esse processo e falar sobre a necessidade de garantir a democracia e a autonomia universitárias, o **Opinião Socialista** *entrevistou o professor e ex-candidato de oposição a reitor da UFPA Emmanuel Tourinho.*

Arquivo

Autonomia universitária foi pisoteada no Pará

Opinião Socialista — Qual a sua avaliação do processo eleitoral na UFPA?

Emmanuel — O que percebemos claramente foi uma expressiva vitória das chapas de oposição que, juntas, somaram mais de 11 mil votos, contra menos de 5 mil da chapa da situação. Isto significa que existe uma insatisfação muito grande com a política que vem sendo adotada internamente por uma reitoria subserviente ao projeto de privatização do MEC. A vitória das oposições, portanto, demonstra que a comunidade está contrária a este projeto. Já o desempenho do *Movimento Mudança* representa algo mais dentro desse processo, pois somos um movimento que se caracteriza por uma política que defende o caráter público da instituição de forma intransigente, sem vacilos. Isto nos distinguiu da outra chapa de oposição, da qual tivemos apenas 400 votos de diferença.

> **"Defendemos o caráter público do ensino de forma intransigente"**

Opinião Socialista — Por que esse movimento resolveu lançar a sua candidatura para reitor?

Emmanuel — Já havia uma chapa de oposição colocada, mas constituída a partir de um critério personalista por um candidato da esquerda. Nós fomos contrários a esse procedimento e resolvemos constituir uma alternativa a partir de um programa que expressasse uma política coletiva e que refletisse as necessidades de uma universidade pública e gratuita.

Opinião Socialista — Quais eram os principais pontos programáticos defendidos pelo Mudança?

Emmanuel — Nossos eixos programáticos foram: defesa intransigente do caráter público e gratuito das universidades, lutar pela democratização do processo decisório nas universidades federais e controle da universidade pela sociedade. Nós sabemos que a política do governo é exatamente o contrário, ele quer acabar com a gratuidade do ensino superior, através da cobrança de mensalidades, entregando o ensino público nas mãos da iniciativa privada. Além dessas atrocidades, as universidades devem ser dirigidas por uma elite escolhida, na sua maioria, por professores. Defendemos a democracia plena, instituída através do voto direto e universal.

Além destes, o governo busca adequar a universidade à lógica da produção de mão-de-obra qualificada para atender o setor produtivo. Nós entendemos que a função social das federais é produzir profissionais bem qualificados, mas cidadãos capazes de transformar a realidade social do país, comprometidos com os problemas que estão colocados para a classe trabalhadora.

Opinião Socialista — Existem várias propostas do governo que vão na direção da privatização, como a Lei dos 70%, o Provão e a nova Lei de Diretrizes Básicas. Qual a sua opinião a esse respeito?

Emmanuel — O Provão e a Lei dos 70% são uma afronta ao princípio constitucional de autonomia universitária. Na verdade esta decisão é da comunidade universitária. O Provão é um arremedo de avaliação que não ajuda a constituir nenhum projeto institucional. A LDB foi uma das maiores atrocidades que este governo cometeu, atropelando um longo processo de discussão pela sociedade, impondo o projeto do Darcy Ribeiro. Infelizmente, este projeto foi aprovado. Agora cabe aos movimentos sociais resistir, rechaçando essa política privatista.

> **"Universidade tem que produzir cidadãos para mudar realidade social"**

Opinião Socialista — E como o *Movimento Mudança* encarou a atitude do reitor Marcos Ximenes, de enviar a lista tríplice para o MEC?

Emmanuel — Nós somos contrários a qualquer tentativa de desrespeito à decisão da comunidade. Nossa posição é a de que deve ser empossado o candidato vencedor e a lista tríplice deve ser a que ele indicar. Isto não significa que nós estamos apoiando o candidato Nazareno Noronha. Fomos adversários dele e seremos oposição a sua gestão, por divergirmos dos métodos e do programa. O que estamos defendendo é o processo democrático e a sua validade, o que não pode ser quebrado por um capricho do atual reitor.

Opinião Socialista — O Movimento Mudança pretende continuar atuando?

Emmanuel — O *Movimento Mudança* foi a expressão dos movimentos sociais dentro da universidade. Nós defendemos que este continue unido e trabalhando na defesa do programa que apresentamos, na defesa do caráter público e gratuito da instituição. Prá gente, o *Mudança* não acaba com a eleição para reitor. Continuaremos defendendo nossas bandeiras, mesmo estando fora da reitoria. Continuaremos denunciando, mesmo que sozinhos, o projeto de autonomia do governo federal que está em tramitação no Congresso Nacional e que cria definitivamente as condições para a privatização das universidades.

EDUCAÇÃO *Reforma Universitária de FHC prevê a extensão do ensino pago*

Ensino público e gratuito está na mira do governo

Euclides Agrella,
membro da executiva
Nacional da UNE

Está em curso no Brasil, como parte dos planos neoliberais, uma profunda Reforma do ensino superior. Esta Reforma visa reestruturar a Universidade brasileira, adaptando a formação de mão-de-obra à chamada globalização da economia, à reestruturação produtiva e à precarização das relações de trabalho. Outro pilar da Reforma Universitária é o descompromisso do Estado com o financiamento do Ensino público, como parte dos cortes com os gastos sociais.

Para cumprir o primeiro objetivo, o governo propõe criar os chamados "Centros Universitários". Estes centros seriam uma reunião de escolas voltadas simplesmente para a reprodução dos conhecimentos científicos e tecnológicos importados dos grandes centros capitalistas (Estados Unidos, Europa e Japão), com cursos e currículos concentrados nas "aplicações práticas", com "programas breves, enxutos e ágeis", possibilitando uma formação rápida, em no máximo dois anos.

O descompromisso do Estado com o financiamento da Educação pública, através de um corte de verbas sem precedentes, possui como complemento um maior subsídio do ensino pago e o fim da gratuidade na rede pública.

Uma parte significativa das verbas que deveriam ser destinadas à Educação e à Saúde públicas, está sendo desviada para pagar parte dos juros das dívidas externa e interna. *"Enquanto a educação e a saúde consomem, respectivamente, 5,5% e 8,7% das verbas do orçamento, os juros das dívidas externa e interna engolem, sozinhos, 12,1% de tudo que o governo espera arrecadar. A conta com os juros não parou de crescer e deve passar de R$ 25,2 bilhões em 97."* (matéria sobre o Orçamento da União no jornal *Folha de S.Paulo* de 17/1/97).

Além disso, o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) continua gerando cortes sobre as verbas da Educação. O FEF retira 20% das verbas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Assim, continua havendo perda orçamentária para as IFES, principalmente pela possibilidade do não ressarcimento, por parte da União, da verba cortada.

De outro lado, *"o Ministério da Educação tem verbas de US$ 1 bilhão para ajudar a melhorar o ensino superior (garantidos pelo Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior). Parte desses recursos pode ir para escolas privadas como empréstimo"*. Além disso, *"O BNDES também pode conceder empréstimos de longo prazo às faculdades particulares." (Folha de S.Paulo*, 13/3/97)

Para coroar a Reforma do Ensino Superior, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 370 propõe constitucionalizar as verbas para o Crédito Educativo, repassando um percentual de 10% das verbas orçamentárias da Educação para este fim. Isso deixa claro que o governo já fundamenta as bases para o fim da gratuidade, reservando uma quantia constitucionalmente definida para subsidiar o ensino dos que não tiverem condições de pagar mensalidades nas redes particular e pública, estendendo o "acesso" ao Crédito Educativo aos alunos das universidades federais e estaduais.

O fim da gratuidade também está implícito na transformação das universidades públicas em "entidades administrativas autônomas" de "regime jurídico especial", o que ataca o seu caráter de instituições da União e dos Estados e o financiamento estatal, permitindo o fim da estabilidade no emprego e demissão dos professores e servidores.

Sérgio Koei

Estudantes lutam para manter ensino público

Ampliar o ensino público

É necessário dotar o movimento estudantil de uma estratégia e programa claros para combater e derrotar o governo FHC e a Reforma Educacional.

Somos contrários à política da direção majoritária da UNE, que defende a ampliação do Crédito Educativo e a "melhoria" do ensino pago. Levantamos outra estratégia: o fim do ensino pago, que nenhuma verba pública seja destinada para o Crédito Educativo (Creduc), que sejam criadas novas vagas nas universidades públicas e estatizadas as faculdades particulares. Não é mais possível que verbas públicas sejam destinadas para manter e fortalecer o ensino privado, enquanto as universidades públicas estão sendo sucateadas.

Os que defendem ampliação do Creduc e uma melhor qualidade do ensino pago, acabam sendo coniventes com as políticas neoliberais.

Ao criarem novos subsídios, através do Programa de Modernização e Qualificação do Ensino Superior e do BNDES, são os próprios FHC e o Ministro da Educação, Paulo Renato, os maiores defensores da extensão deste "direito" aos alunos da rede pública e da melhoria da qualidade do ensino pago. (E.A.)

Universidade para os trabalhadores

O segundo semestre será marcado pela retomada, no Congresso Nacional, da discussão da PEC 370 e de sua possível votação antes do final do ano. Por outro lado, mesmo que o Senador Edison Lobão tenha retirado temporariamente da pauta do Congresso sua proposta de fim da gratuidade do ensino superior público, esta, caso seja aprovada a PEC voltará com toda força, pois trata-se de uma medida chave para o sucesso da Reforma Universitária.

Ao contrário de FHC e dos planos neoliberais, defendemos uma universidade voltada para atender as necessidades dos trabalhadores e do povo pobre, que garanta a difusão da cultura, do conhecimento e da ciência; que garanta que o ensino para o trabalho e a produção científica e tecnológica estejam voltadas para melhorar a vida das amplas massas da população e não para proporcionar o aumento das taxas de lucro dos grandes empresários. Defendemos também o financiamento integral da Educação, em todos os níveis, por parte do Estado e o ensino público e gratuito para todos. (E.A.)

Tá na hora de mudar a UNE

Wilson H. da Silva,
de São Paulo

Fernando Henrique Cardoso pode ser chamado de um verdadeiro "franco atirador" do neoliberalismo no Brasil. Capacho fiel dos interesses do FMI, dos banqueiros, dos latifundiários, dos donos das indústrias e das potências internacionais, o "ilustre" presidente não poupa tiros para atacar conquistas históricas de nosso povo e piorar ainda mais nossas condições de vida: privatiza estatais, entrega bilhões de reais para banqueiros falidos, persegue os sem-terra, planeja destruir a Previdência, quer acabar com a estabilidade etc etc.

Na Educação, e nas universidades em particular, a história não é diferente. A Reforma Educacional proposta por FHC e seus aliados significa uma verdadeira paulada contra o ensino público e gratuito.

Porém, assim como nos demais setores da sociedade, os planos de FHC para a Educação esbarram na resistência dos estudantes. Foi essa resistência, por exemplo, que levou milhares de estudantes às ruas nos dias 10 de abril e 21 de maio passados, quando foram promovidos Dias Nacionais de Luta nas principais cidades do país.

Contudo, a vontade de barrar os planos do governo, demonstradas não só nestes dias de luta, mas também em dezenas de mobilizações isoladas que aconteceram Brasil afora, enfrentam-se com outro problema: a própria diretoria da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Composta majoritariamente por membros da *União da Juventude Socialista* (UJS), corrente organizada pelo PCdoB, a diretoria da UNE tem sido um verdadeiro empecilho na organização, das lutas estudantis.

Pra começo de conversa, a diretoria da entidade tem se afastado da base estudantil. Basta dizer que há cinco anos a UNE não realiza nenhum Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb). Os Conebs são (ou eram...) fundamentais para envolver os estudantes que estão na base do movimento (nos centros e diretórios acadêmicos) no dia-a-dia da entidade e em todas as suas lutas.

Diretoria da UNE não convoca um CONEB há cinco anos

O pior é que a direção majoritária da UNE privilegiou o lado oposto desta história: os gabinetes ministeriais, os acordos institucionais e parlamentares e o blá-blá-blá dos corredores do poder.

Exemplos não faltam, mas um deles merece destaque. Nos últimos anos, os estudantes das escolas pagas enfrentam os extorsivos preços das mensalidades. Mas, há muito tempo que a diretoria da UNE, ao invés de organizar esta luta, tem jogado todas suas fichas em infindáveis batalhas judiciais. O resultado não poderia ter sido outro: as mensalidades não pararam de subir e o número de estudantes inadimplentes cresceu num ritmo ainda mais acelerado.

É por essas (e muitas outras) que é preciso construir uma nova direção para a entidade nacional dos estudantes universitários. Uma direção que não vacile e que realmente sirva como um instrumento de luta contra FHC, Paulo Renato e todos seus "amigos".

A UNE de pijama

Assim como não tentou unificar a luta nas escolas pagas, a maioria da diretoria da UNE jogou contra a unificação de toda e qualquer luta que tenha acontecido.

O exemplo mais escandaloso se deu no ano passado quando os professores, funcionários e estudantes das universidades federais entraram em greve. Para quem não se lembra do lamentável episódio, que ficou conhecido como "greve de pijama", cabe recordar que enquanto os grevistas defendiam greve por tempo indeterminado, o atual presidente da UNE foi aos meios de comunicação defender uma greve de 48 horas, pois, segundo ele, caso contrário, os grevistas iriam para casa dormir. Em português claro: a diretoria da entidade se colocou contra a greve. Quem foi para casa dormir, foi a direção majoritária da entidade. (W.H.S.)

Wladimir Souza

Reprovados na luta

A segunda fase do Exame Nacional de Cursos, o Provão, foi realizada no dia 29 de junho com estudantes de engenharias química e civil, administração, odontologia, direito e veterinária. De acordo com os dados do governo, 94,5% dos estudantes realizaram a prova.

Apesar de sabermos que os dados do governo nunca são confiáveis, é inegável que neste ano houve menos resistência à realização do "provão" do que em 1996. Para entendermos o que aconteceu, em primeiro lugar, é preciso lembrar que muitos estudantes foram iludidos pela propaganda do governo que afirma que com o "provão" será possível melhorar a qualidade de ensino.

Mas isso não é tudo. O problema fundamental é que a própria diretoria da UNE também pisou na bola. Em 1996, ao invés de privilegiar a realização de assembléias e reuniões com os formandos para organizar o boicote ao "provão", explicar o que estava por trás desta falsa boa intenção do governo, a maioria da diretoria tentou até o último minuto barrar o Exame através de mandatos de segurança, liminares e outras ações institucionais. Tudo, como sempre, muito longe da realidade dos estudantes, que além de muitas dúvidas, não tinham claro o que fazer diante do Provão.

A vacilada do ano passado acabou preparando o desastre desse ano. Um desastre que a corrente majoritária da UNE recusa-se a reconhecer. Avaliando o resultado do Provão, Ricardo Capelli, atual coordenador da União Estadual de Estudantes do Rio de Janeiro e provável candidato à presidência da UNE na chapa da UJS, teve a coragem de afirmar que "nossa campanha foi vitoriosa, não houve fracasso" (O Estado de S. Paulo, em 1/7/98).

Uma opinião que não deve ser compartilhada por milhares de estudantes que, mesmo contra sua vontade, foram obrigados a fazer o Provão diante da falta de uma outra alternativa. Quem foi reprovado mesmo nessa história foi a direção majoritária da UNE. (W.H.S.)

O que eles pensam do Congresso

Nesta página você encontrará a opinião de quatro dos principais dirigentes estudantis universitários — um da UJS, um do PSTU e dois petistas das duas alas da corrente Articulação. Eles falam das suas propostas e sobre os debates do 45° Congresso da UNE.

"Não pode haver veto às alianças"

Orlando Silva,
presidente da UNE e membro da UJS

"Queremos fazer do Congresso da UNE, um grande comício contra FHC, que trace um programa da UNE de mudanças na Universidade baseado em quatro itens:

Primeiro, em relação ao financiamento público e estatal para as universidades de forma a garantir a sua gratuidade. O segundo ponto está relacionado com a luta pela expansão de vagas. Em terceiro lugar, a fixação de critérios para a qualidade que queremos, critérios estes que se contraponham à lógica de uma Universidade voltada para o mercado como quer o MEC. Por fim, também devemos apontar a luta pela gestão democrática nas universidades, a luta pela paridade nos orgãos colegiados, tanto das públicas, quantos das pagas.

Quanto as polêmicas deste Congresso, em primeiro lugar destaco a necessidade de um programa que enfrente o neoliberalismo e os setores que queremos aglutinar nesta luta. Este programa passa pela suspensão do pagamento da dívida externa, manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores, pela reforma agrária, enfim por um projeto de desenvolvimento soberano.

Por isso temos uma polêmica com a Reviravolta e o PSTU em relação à frente classista que eles defendem. A polêmica reside no fato de que no nosso ponto de vista não pode haver veto às alianças. Os que querem lutar contra FHC são bem vindos no 'barco'."

"Nossa batalha não se resume ao Congresso"

Bento José Ferreira,
da Universidade Federal do Paraná, dirigente da Articulação de Esquerda

"Eu acredito que o centro político do 45º Congresso da UNE seja a discussão sobre as formas de luta que possam ser levadas para derrotar globalmente as políticas do governo FHC. Neste sentido teremos que discutir qual a melhor tática para fazer esse combate. Na minha opinião temos que priorizar a aliança dos estudantes com os demais setores que se enfrentam com o governo como os sem-terra e os trabalhadores em geral. O que não podemos fazer é priorizar os acordos de cúpula e de gabinete como faz a atual diretoria da UNE, que prefere construir alianças com gente como Itamar Franco e Paes de Andrade ao invés de investir nas ações de massas. Essa política não pode continuar.

Também acredito que nossa batalha contra a política da atual diretoria não se resume ao Congresso. Ela se estende para as lutas cotidianas dos estudantes, nas ruas. Por isso, após o Congresso temos e iremos desenvolver essas lutas na prática. Oportunidades não faltarão, apenas para citar alguns exemplos teremos em breve o 11 de agosto, um dia que os estudantes tradicionalmente se mobilizam, e a luta contra a condenação do Zé Rainha, do MST"

"Devemos construir lutas unificadas"

Euclides Agrela,
secretário-geral da UNE e membro da Reviravolta

"O movimento estudantil deve sair deste Congresso com um programa e um plano de lutas capazes de derrotar a reforma educacional de FHC, a regulamentação da LDB, através da PEC 370 e a proposta de fim da gratuidade nas universidades federais e estaduais.

Por outro lado, é fundamental reorganizar o movimento estudantil nas faculdades particulares, para exigir a anistia das dívidas dos inadimplentes, impedir novos aumentos das mensalidades e reivindicar o aumento de vagas nas universidades públicas.

Mas, para derrotar FHC o movimento estudantil precisa construir lutas unificadas com os sem-terra e com os trabalhadores das cidades. Neste sentido, temos que realizar grandes mobilizações no dia 25 de julho, reivindicando a revogação da condenação de José Rainha, e no Dia do Estudante, em 11 de agosto.

As principais polêmicas do Congresso serão em torno de qual deve ser a estratégia, o programa e as alianças que o movimento estudantil deverá adotar para barrar a aplicação dos planos neoliberais. Ao contrário do PCdoB e da corrente Articulação do PT, acreditamos que um programa sério contra o neoliberalismo deve possuir um conteúdo anti-capitalista e colocar a estratégia de um governo dos trabalhadores e do socialismo. Defendemos uma Frente de Esquerda e Socialista, que é incompatível com a aliança com setores burgueses."

"Defendemos uma Frente Popular e Democrática"

Olavo Noleto,
da Universidade Federal de Goiânia, dirigente da Articulação/Unidade na Luta

"Este Congresso tem o papel de realizar uma disputa ideológica com FHC e fortalecer as mobilizações propondo uma nova agenda, diferente da agenda do governo que prioriza a retirada do Estado da Educação.

Nós defendemos uma Frente Popular e Democrática a partir de um programa contra o projeto neoliberal, diferentemente de outros setores do próprio PT e do PSTU. É possível a formação de um bloco onde constaria o PT, PCdoB, PCB, PSB, PSTU e PDT que se contraponha a privatização dos serviços públicos, em defesa da educação e contra a exclusão social.

Um segundo ponto é em relação à concepção de universidade. É óbvio que a universidade pública é importante, porém temos que enxergar a realidade de que hoje a grande maioria, mais de 70% dos estudantes são de escolas pagas e nós temos que criar alternativas para esses estudantes. Eu não defendo que verbas públicas sejam destinadas para o ensino pago, mas estamos abertos a discutir formas de garantia ou finaciamento para os estudantes das universidades pagas.

Por fim, a democracia na UNE. Nós defendemos eleições diretas para a Diretoria da entidade, defendemos a realização de congressos estaduais da UNE, o fim do delegado nato, enfim é necessário mais democracia na UNE."

MOVIMENTO *Setores da esquerda cutista cresceram no Distrito Federal*

Congresso da CUT aprova greve geral em Brasília

Regional do PSTU,
de Brasília

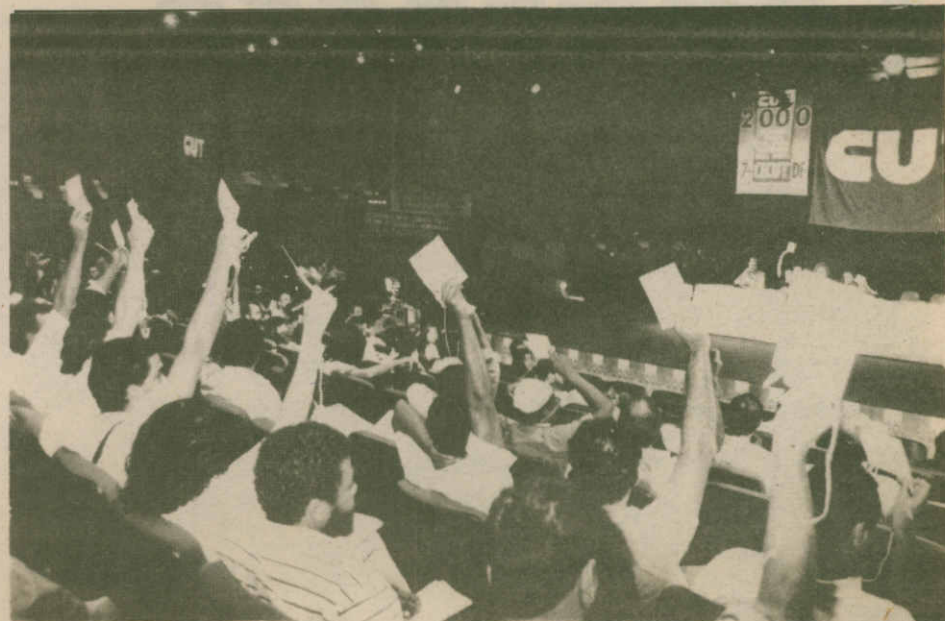
Realizou-se nos dias 28 e 29 de junho, o 7º Congresso da CUT do Distrito Federal, que contou com 161 delegados credenciados, representando cerca de 24 sindicatos. Pela primeira vez na história da CUT/DF, os setores considerados de esquerda no movimento (como as correntes **Movimento por uma Tendência Socialista**, *Corrente Sindical Classista, O Trabalho, Força Socialista*, prestistas e outras) chegaram ao congresso com maioria em relação à Articulação Sindical.

Alguns destes setores, como o **MTS**, trabalharam sempre na perspectiva de construir um bloco de esquerda para a CUT e, consequentemente, uma nova maioria. Porém, a *CSC*, a *Força Socialista* e um setor do sindicato dos previdenciários se aliaram em uma chapa com a *Articulação Sindical*, dando a esta corrente, mais uma vez, a presidência da entidade e a maioria dos votos (97). Os outros setores da esquerda formaram uma segunda chapa, que obteve 57 votos. Mesmo com a vitória da chapa encabeçada pela *Articulação Sindical*, a relação de forças na direção da CUT/DF mudou, ampliando a participação dos setores de esquerda.

Cleber Medeiros

O congresso, declarado em homenagem a Che Guevara, teve em sua abertura a participação de diversos partidos políticos, como **PSTU**, PT, PCB, PCdoB e PSB e um representante das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Além de discutir a conjuntura nacional e aprovar o chamado à Greve Geral contra a política de FHC, os delegados do 7º Cecut também referendaram a proposta de convocar uma campanha salarial unificada e um dia de greve geral dos servidores do Distrito Federal para o dia 12 de agosto deste ano. Este plano de lutas é mais do que necessário, já que o governador Cristovám Buarque (PT) está subtraindo importantes conquistas dos trabalhadores e aplicando à risca o plano de FHC, mantendo os servidores sem reajuste salarial, retirando o tíquete alimentação, implementando a terceirização e a privatização do serviço público e até mesmo questionando a representação dos sindicatos.

Cleber Medeiros

Plenário de delegados do Congresso da CUT de Brasília

Esquerda não se uniu no Pará

No Congresso Estadual da CUT do Pará, realizado entre 26 e 28 de junho, os interesses regionais de algumas correntes do movimento impediram a formação de um bloco de esquerda e a construção de um manifesto conjunto para ser apresentado ao Congresso Nacional da CUT. Ao todo, estiveram presentes 238 delegados, dos quais 92 representando sindicatos rurais.

O Congresso cutista no Pará foi marcado pela volta do grupo da *Articulação Sindical* encabeçado por Avelino Ganzer, que no congresso passado havia se desligado da entidade. Com a *Chapa 1*, este setor obteve 59 votos. Apesar de todos os esforços do Movimento por uma Tendência Socialista (MTS) e da *Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST)* no sentido de unificar a esquerda, a *Alternativa Sindical Socialista (ASS)* e o grupo da *Articulação Sindical* ligado ao sindicalista Paulo Rocha preferiram conformar uma chapa própria, a *Chapa 3*, que venceu o congresso com 133 votos. A Chapa 2, composta pelo MTS, CST e independentes, obteve 32 votos.

Em relação à discussão política, foi decidido que o sindicato orgânico, assim como outras propostas de reestruturação sindical, seriam discutidas na base. Foi aprovado também um plano de lutas, incorporando o dia 25 de julho.

PETROLEIROS

FUP quer campanhas salariais unificadas

Clarckson Araújo,
do Rio de Janeiro

O 3º Congresso Nacional da Federação Única dos Petroleiros (Confup) foi realizado entre os dias 13 e 15 de junho, em Nova Friburgo (RJ), com a presença de 151 delegados, representando 19 sindicatos.

Apesar do apoio de diversas entidades para a realização do congresso, a grave crise financeira que atinge os petroleiros após a intervenção do governo de FHC, provocou a redução da delegação de alguns estados e a ausência dos sindicatos do Ceará, Pará e Cubatão. Este problema poderia ter sido contornado pela Federação com medidas como a cobrança de que a CUT se empenhasse na campanha *"Solidariedade aos Petroleiros"*, ou a implementação de uma rifa nacional que garantisse a participação de todos os sindicatos.

Todas as correntes presentes ao Confup (**MTS**, *Articulação Sindical, Corrente Sindical Classista, Alternativa Sindical Socialista*) tiveram unidade na votação do plano de lutas, que teve como principais resoluções a unificação das categorias em luta (mineiros, correios, petroleiros, bancários, telefônicos e químicos); fortalecer o dia 25 de julho como dia de luta pela construção da Greve Geral; realizar paralisações e passeatas nos estados no dia 16 de setembro, data do julgamento de Zé Rainha e defender o turno de 6 horas na categoria, já que a patronal quer acabar com a "quinta turma", o que representará o desemprego imediato de 200 mil trabalhadores.

Quanto à pauta de reivindicações específicas, o congresso aprovou: reintegração dos demitidos e cancelamento de todas as punições; garantia de emprego conforme ACT 93/94; índice de aumento de acordo com o Dieese (6,97%); reposição da inflação de julho e agosto de 1995 (6,21%) e produtividade de 20,14%. Além disso, os petroleiros reafirmaram a oposição às reformas administrativa e da previdência e a exigência da instalação da CPI da compra de votos.

A única polêmica no 3º Confup foi em relação à estrutura sindical, que envolve o debate sobre o sindicato orgânico. A *Articulação Sindical* contou, mais uma vez, com seus históricos aliados, *CSC* e *ASS* e conseguiu aprovar a formulação *"que a CUT não implemente o sindicato orgânico enquanto os trabalhadores não debatam o assunto, em todo país, nas suas bases. Que a CUT, em nível nacional e através das CUT's estaduais, iniciem este debate nas bases. A FUP deverá desenvolver uma campanha nas bases de esclarecimento sobre as propostas de estrutura sindical existentes nos segmentos cutistas, inclusive sindicato orgânico"*.

Esta proposta obteve 33 votos (*Articulação Sindical* e *CSC*). Oito delegados da *ASS* se abstiveram e a proposta do **MTS**, claramente contra o sindicato orgânico, obteve 13 votos.

Os militantes do **MTS** na categoria estarão na vanguarda da construção das propostas aprovadas, promovendo plenárias e reuniões setoriais para construir o 25 de julho como ato preparatório da greve geral.

MINAS GERAIS *Polícias militar e civil do estado conseguiram aumento*

Greve da PM abalou governo de Azeredo

Isa Nigri/O Tempo

Soldado assassinado durante greve da PM

Cacau,
de Belo Horizonte (MG)

Reivindicando um piso salarial de R$ 800 — o piso em vigor era de R$ 415 —, um plano de financiamento para construção de moradias — a maioria dos praças mora em vilas e favelas —, mudanças no regulamento disciplinar e no estatuto de pessoal, os soldados, cabos, sargentos e subtenentes da PM e os policiais civis realizaram uma greve histórica em junho.

Ao término do movimento, que produziu a mais séria crise política da história recente do Estado, os policiais civis e militares conquistaram um reajuste no piso para R$ 615 e a abertura do convênio com a Caixa Econômica Federal e Cohab para a construção de moradias.

Há, pelo menos, dois anos corriam notícias de descontentamento na corporação com o congelamento de salários. O governador Eduardo Azeredo, do PSDB, havia comunicado que neste ano, os salários da tropa permaneceriam congelados. Mas cometeu o erro capital de oferecer um reajuste de 11% somente para os oficiais, elevando os salários mais altos para cerca de R$ 6 mil.

O estopim da crise ocorreu com a morte, num tiroteio com assaltantes, do cabo Glendyson Moura. Iniciou-se uma "greve branca" e o enterro do policial transformou-se na primeira manifestação pública da tropa.

Para tentar conter o movimento, Azeredo anunciou um abono de R$ 45 para todo o funcionalismo e depois elevou o abono para R$ 102 para os policias civis e militares. Durante a mobilização, os praças elegeram um Comando para representá-los junto aos oficiais e ao governo do Estado. O Comando convocou uma assembléia para a manhã do dia 24 de junho.

Na assembléia, o Comando de negociação propôs aceitar o abono de R$ 102, mas foi derrotado. Com a rejeição da proposta, o Comando propôs retomar as negociações com o governo e não realizar uma nova passeata naquele dia. Novamente o Comando foi derrotado e os praças saíram em passeata em direção ao Palácio da Liberdade, sede do governo estadual. Na assembléia dos policiais civis, a mesma decisão foi tomada. Ao chegar ao Palácio da Liberdade, eram cerca de 5 mil os manifestantes.

No Palácio da Liberdade, cercado por policiais militares trazidos do interior, a passeata não tomou conhecimento do cordão de isolamento e o ultrapassou, encaminhando-se para o Comando da Polícia Militar (Copom), que fica ao lado da sede do governo.

No Copom, com segurança reforçada, iniciou-se uma troca de tiros. Um policial foi ferido na cabeça, vindo a falecer dias depois. O coronel Eleutério, identificado por alguns policiais como o autor do disparo que atingiu o Cabo Valério, fugiu em disparada num veículo da polícia.

Tropas do Exército foram convocadas para garantir a segurança do governador, que permaneceu praticamente sitiado no Palácio da Liberdade. A ordem do governo federal era de jogar duro.

Mas isso já era impossível. Contra a posição do governo federal e do Exército, o Comando de Greve foi recebido e as negociações foram retomadas. Na noite do dia 25, foi anunciada a proposta de acordo entre o governo estadual, os representantes dos praças e os Comandos das polícias civil e militar. Porém, a greve na PM terminou por decreto do Comando, sem assembléia dos praças para avaliar a proposta.

Lições da revolta

As conseqüências que um movimento dessa natureza despertam são imensas. Vários dos leitores desse artigo possivelmente já se enfrentaram ou sofreram a repressão da polícia. As imagens de Diadema, dos sem-teto em São Paulo, das batidas policiais nos morros cariocas estão nas nossas cabeças.

No entanto, o aparelho de repressão do Estado, que tem nas polícias militares o setor mais próximo da população, não está imune às contradições que o capitalismo lhes impõe. Recrutados no meio do povo pobre para reprimir seus irmãos de classe, as polícias militares vivem uma contradição flagrante com sua condição social.

O principal setor mobilizado na rebelião em Minas era o batalhão de choque, acostumado a reprimir nossas greves. Pelo visto, também aprenderam a cantar palavras de ordem, a buscar a solidariedade da população, a fazer apitaços e buzinaços, a questionar os comandantes nas assembléias e a tomar decisões através do voto. Além de expulsar os membros da P-2 (a polícia secreta da própria PM) do meio das passeatas.

Entender o que passa na cabeça desses militares não é coisa simples. Vários deles, inclusive a maioria dos líderes, pertencem a igrejas evangélicas. Mas os 15 dias de revolta dos militares indicam mudanças importantes. Não podem ser negadas. Não significam a ruptura dessa corporação com os preceitos ideológicos que fundamentam a sua atividade.

Mas ao aceitar o apoio da CUT e dos Sindicatos, ainda que impondo a condição de que as bandeiras vermelhas da Central não tremulassem entre a tropa, a distância entre os praças e os oficiais aumentou, ao passo que diminuiu a distância entre os policiais mobilizados e seus irmãos desarmados. (C.)

PSTU apoiou movimento

Dos partidos e organizações de esquerda com atuação em Minas Gerais, apenas o PSTU e a Liga Operária e Camponesa (uma dissidência do MR-8), deram apoio integral ao movimento dos militares.

Os militantes do PSTU levaram aos Sindicatos moções de apoio, obtendo a aprovação em todas as entidades que discutiram a greve.

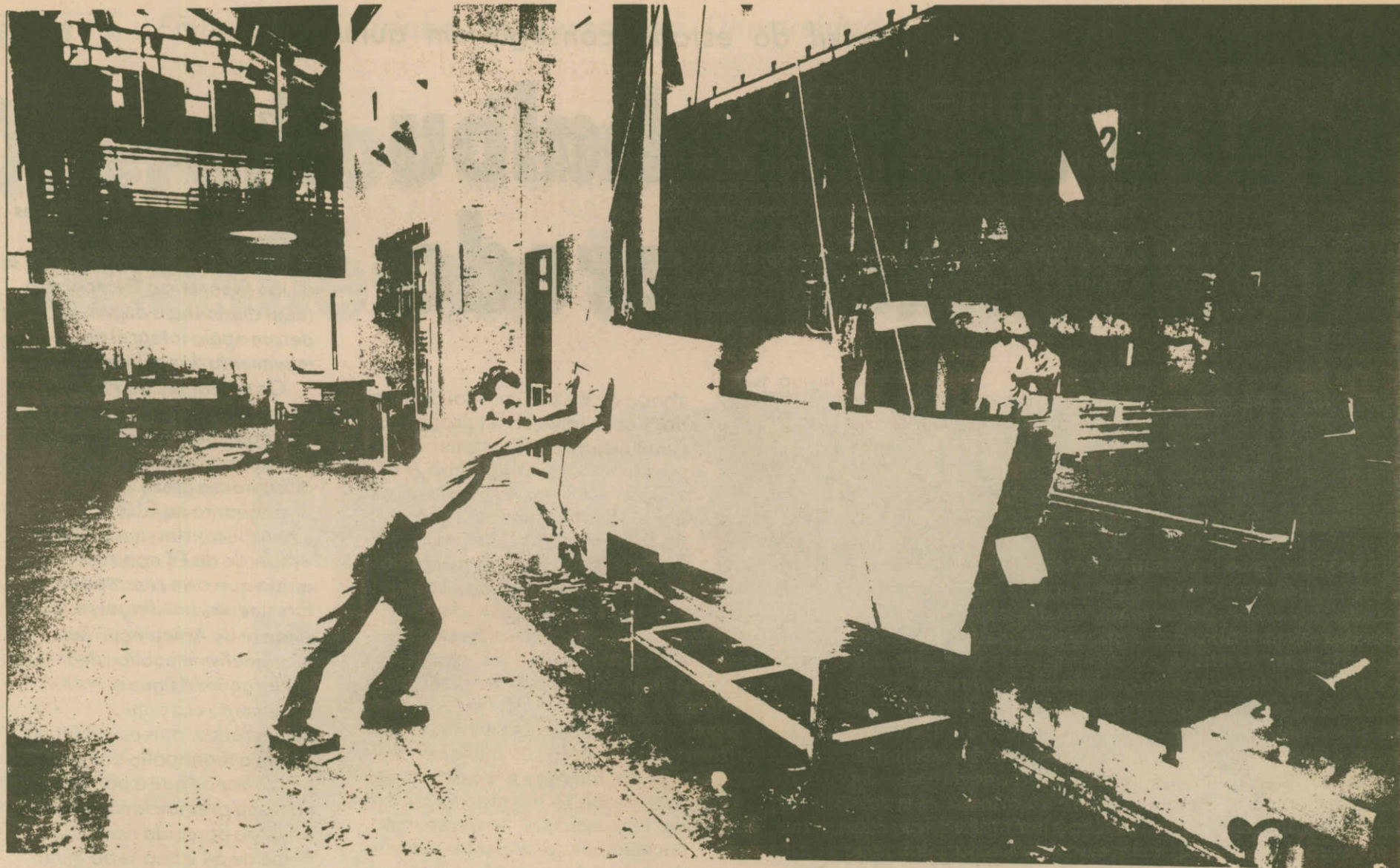
Enquanto na CUT, sindicalistas das correntes de esquerda do PT apoiavam ainda que com reservas o movimento, um dirigente sindical da Articulação no funcionalismo público deu declarações de que o movimento era anti-democrático, pois os militares detêm o monopólio das armas e pior, afirmou que a politização da tropa prenunciava uma situação parecida com a do golpe de 64 e isso seria muito preocupante.

Miopia política

A conseqüência dessa visão, ou melhor, dessa miopia política se refletiu na postura absolutamente passiva desse dirigentes sindicais, que não aproveitaram o momento da mobilização dos militares para dialogar com as tropas rebeladas, acentuando a divisão com os oficiais e apelando à unidade com o funcionalismo público civil. Com isso, o funcionalismo perdeu a melhor oportunidade para enfrentar os planos de arrocho do governo, ficando com o mísero abono de R$ 45.

Chama a atenção que vários policiais, inclusive, têm esposas que trabalham no serviço público. Apesar disso, a posição dos dirigentes do funcionalismo foi a de continuar buscando negociações em separado e agora apontam a perspectiva de greve para... agosto.

Buaiz com Azeredo

A posição de neutralidade assumida por um ex-prefeito petista e candidato a governador nas próximas eleições, Patrus Ananias e o apoio dado ao governador mineiro por Vitor Buaiz, governador do Espírito Santo, demonstram o nível de adaptação à institucionalidade desses importantes representantes do PT, mesmo caminho seguido por Célio de Castro, atual prefeito de Belo Horizonte, do PSB.

Seminário debate crise do capital

Fernando Silva,
da redação

Ao final do seminário *O capitalismo hoje*, promovido pelo núcleo do **PSTU** de pós-graduandos da Universidade de Campinas, os presentes perguntavam quando seria o próximo evento. O seminário, realizado no dia 19 de junho no auditório do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, havia sido um sucesso. Ao todo, cerca de 75 pessoas participaram dos debates, que foram divididos em duas partes. No período da manhã, o tema foi *Os sindicatos e as transformações no mundo do trabalho* e no período da tarde *A crise do capital*.

"*Esta foi a primeira atividade de nosso núcleo*", afirmou ao **Opinião Socialista** Alvaro Bianchi, um dos organizadores do evento. "*Nosso objetivo é romper o dique que existe entre aquilo que é debatido na universidade e as discussões nas quais os partidos de esquerda e os sindicatos estão envolvidos. O que procuramos é criar um debate produtivo e real em torno dos grandes desafios colocados para a esquerda neste final de século. Não é um único debate que acabará com essa separação, mas achamos que já demos o primeiro passo*", afirmou.

Para o professor da Universidade Estadual Paulista, Giovanni Alves, "*nosso grande desafio é olhar para o mundo do trabalho segmentado, diversificado, que está pululando aí fora*". Para Alves, "*é preciso refletir sobre o que está acontecendo com o mundo do trabalho para podermos pensar uma estratégia política para além do capital*".

Em sua exposição inicial, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e membro da direção do **PSTU**, Luís Carlos Prates, o Mancha, narrou a resistência dos trabalhadores de sua região à reestruturação produtiva. Para Mancha, o momento exige sindicatos organizados na base das categorias, através de delegados sindicais e comissões de fábrica, e, ao mesmo tempo, com fortes laços com os trabalhadores do mundo todo.

No encerramento dos debates do período da manhã, o professor da Unicamp Edmundo Fernandes Dias, ex-membro da diretoria da Associação Nacional dos Docentes do ensino superior, apresentou o desafio que está colocado para a esquerda: "*na medida em que consigamos ter clareza sobre nossas tarefas e sobre as tarefas do adversário, poderemos tentar deixar de estar a reboque para tentar obter a iniciativa. E isso não vai ser feito apenas com a emoção e a boa vontade. Temos que combinar a emoção com o saber para expressar essa nova subjetividade histórica da classe que virá. Eu acredito que o socialismo é uma tarefa possível de ser construída e isso depende de nosso empenho, de nosso trabalho, de nossa inteligência e, acima de tudo, na nossa sinceridade no tratamento das questões*".

Foi com esse espírito que as mesas foram formadas por professores universitários e dirigentes do **PSTU**. Provenientes de diferentes origens intelectuais e políticas, os participantes abordaram os temas em debate de uma forma plural, polemizando entre si e procurando explicitar os acordos existentes sem esconder as diferenças.

Novo seminário será no segundo semestre

No período da tarde, os debates prosseguiram, com Valério Arcary, da direção nacional do PSTU; a professora Ângela Tude, da Unicamp; e José Martins, do Instituto de Estudos Socialistas. Os expositores discutiram a relação existente entre a crise econômica e a crise política. Arcary, deu o pontapé inicial, traçando um histórico do debate sobre teoria da crise e revalorizando o papel dos elementos subjetivos na conformação da crise. Martins explicitou o papel desempenhado pelas crises cíclicas do capitalismo na teoria de Marx e Ângela Tude promoveu uma forte crítica ao economicismo e ao determinismo tecnológico que marcam boa parte das discussões contemporâneas sobre a crise do capital.

O debate continuou acalorado por mais de três horas. Ao final, os participantes da mesa concordaram com a importância do debate e a necessidade de continuar a realizar esse tipo de seminário para avançar na discussão. *"Este foi um primeiro debate e ainda ficaram lacunas que precisariam ser preenchidas"*, afirmou em seu encerramento a professora Ângela Tude. Para os organizadores do debate, este foi apenas o primeiro de uma série. O núcleo do PSTU que organizou o evento já está preparando outro para o mês de agosto e inclusive está preparando a transcrição dos debates, que deverá ser publicada em uma das próximas edições do Opinião Socialista. (F.S.)

Crescem manifestações contra projeto neoliberal de Menem

Trabalhadores realizam bloqueios de estradas

Clara Paulino,
da redação

Nos últimos meses, os trabalhadores argentinos vêm realizando fortes protestos, em diversas províncias, onde bloqueiam o tráfego em rodovias e em ruas das principais cidades do país. Somente em maio, eclodiram 36 destes protestos em distintas províncias. O principal motivo das manifestações, que são organizadas espontaneamente pelos desempregados, está relacionado ao alto índice de desemprego, que atinge 17,3% dos argentinos ou 3,5 milhões de trabalhadores. Além disso, um em cada três argentinos que conseguem estar empregados vive com menos de US$ 300.

A província de Neuquem, no sul do país, foi a primeira a ter suas rodovias bloqueadas. No início deste ano letivo, os professores da região iniciaram uma greve, que durou 37 dias. Foram os docentes, secundaristas e moradores de Neuquem que realizaram os primeiros bloqueios de estradas deste ano. Vale destacar que, neste movimento, o **Movimento Al Socialismo (MAS)** — partido com o qual o **PSTU** mantém fraternais relações — atuou, ajudando a garantir os protestos.

Durante o período da greve, as passeatas reuniram entre 20 e 25 mil pessoas. Para conter as manifestações, o governador local mandou reprimir os bloqueios. Num desses enfrentamentos da polícia com os manifestantes, uma empregada doméstica, Teresa Rodrigues, foi assassinada pela polícia. Em 18 de junho, cerca de 800 pessoas bloquearam uma rodovia na província de Córdoba. Os trabalhadores de Jujuy e Salta, regiões do interior do país, também realizaram protestos.

No início de junho, foi a vez dos petroleiros de Comodoro Rivadávia, na região da Patagônia, realizarem 72 horas de paralisação, com bloqueio de estradas para reivindicarem aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Nessa manifestação o **MAS** também atuou.

O resultado da mobilização em essa região foi a conquista de 4 mil postos de trabalho.

Governo investe 0,2% do PIB em políticas de criação de empregos

No dia 17 de junho, manifestantes da cidade de Cruz del Eje, decidiram fechar a estrada com pneus incendiados, retomando o bloqueio que interromperam 17 dias antes, quando começaram a negociar com o governo local maneiras para estimular a criação de empregos na região.

Os trabalhadores argentinos estão protestando contra o retrocesso social e econômico imposto pelo modelo econômico neoliberal praticado pelo governo desde 1991.

AFP

Menem

Para se ter uma idéia do que isso significa, é só constatar que hoje, a Argentina investe apenas 0,2% do seu PIB em políticas de geração de emprego, o seguro-desemprego só cobre 5% dos desempregados. Hoje, os 10% mais ricos da população do país detêm 37% do total da riqueza, enquanto os 10% mais pobres ficam com apenas 1,7% da renda nacional.

O modelo neoliberal também prejudicou a classe média, afetada pela forte pressão de impostos e a abertura do mercado nacional, que deteriorou as pequenas e médias empresas.

Apesar do plano econômico conseguir manter um baixo índice de inflação, a crise social é de enorme gravidade. É esta realidade que levou os trabalhadores, desempregados e a juventude entraram prá valer no cenário político do país, através de greves, passeatas e dos recentes bloqueios de estradas para reivindicarem melhores condições de vida.

Fora Menem!

Desde o final de 1995, os trabalhadores argentinos vêm protagonizando grandes manifestações contra as medidas neoliberais impostas por Menem. Só em 1996, foram realizadas duas greves gerais e o "Apagon", que deixou às escuras quase todo o país.

Os bloqueios de estradas, que vêm ocorrendo este ano, fazem parte de um processo de lutas que tem colocado os trabalhadores da Argentina na vanguarda da lutas de classes na América Latina.

As manifestações que ocorrem em todo o país demonstram que inflação baixa não resolve o problema dos milhares de desempregados e nem impede o ataque e a retirada das conquistas trabalhistas. A ação dos trabalhadores e excluídos da Argentina, somada à crise política e econômica pela qual passa o país, estão colocando na ordem do dia a necessidade da derrubada do governo Menem.

A situação atual de crise e desespero social mostram para todos, após anos de modelo neoliberal, quais são as suas conseqüências. De outro lado, a resistência dos trabalhadores desse país continua a mostrar para os povos de todo o continente qual é o único caminho para derrotar este projeto econômico: o da mobilização de massas.

Abaixo o governo Menem e seu plano econômico; abaixo a flexibilização do trabalho; fim das privatizações; garantia de emprego para todos e a convocação de nova greve geral são as bandeiras políticas que devem orientar a luta dos trabalhadores argentinos. Essa é a tarefa central que está colocada para todas as organizações sindicais, populares e partidos de esquerda desse pais.

Ministro envolvido em assassinato

Depois de quase seis meses do assassinato do repórter fotográfico argentino José Luís Cabezas, da revista Notícias, que comoveu o país, as investigações acabaram apurando que o empresário Alfredo Yabrán é o principal suspeito de ser o mandante do crime. As investigações também revelaram a existência de uma intensa comunicação telefônica entre Yabrán e o Ministro da Justiça argentina, Elías Jassan. Devido a seu envolvimento com Yabran, o minsitro foi obrigado a renunciar na última semana.

Chefe da máfia

Yabrán é considerado o chefe de todas as máfias da Argentina. Ele é dono de empresas de correio, taxi-aéreo e transporte de valores. O empresário controla a impressão de passaportes, placas de automóveis e armazéns nas alfândegas. Yabrán também seria dono de serviços policiais privados. Seus testas-de-ferro seriam ex-torturadores dos mais famosos campos de concentração dos tempos da ditadura militar.

O empresário não gostava de aparecer e foi Cabezas o primeiro a fotografá-lo, tornando seu rosto público nacionalmente. Cabezas pagou por isso e, desde janeiro, setores da sociedade argentina têm se mobilizado para que os criminosos sejam punidos.

Buzinaço

Apesar das evidências contra o empresário Yabrán, o governo Menem insiste em defendê-lo. Em 24 de junho, o empresário foi recebido pelo ministro-chefe do Gabinete, Jorge Rodríguez.

No momento em que Yabrán era recebido pelo governo argentino, cerca de 1,5 mil pessoas protestavam em frente à Casa Rosada, sede do governo, realizando um grande "buzinaço". Os manifestantes gritavam "assassino" e pediam sua punição.

O assassinato de Cabezas só tornou público o esquema de corrupção que corre solto sob o governo Menem, com suborno de juízes federais, envolvimento com o narcotráfico, desvio de verbas públicas e vários outros casos. (C.P.)

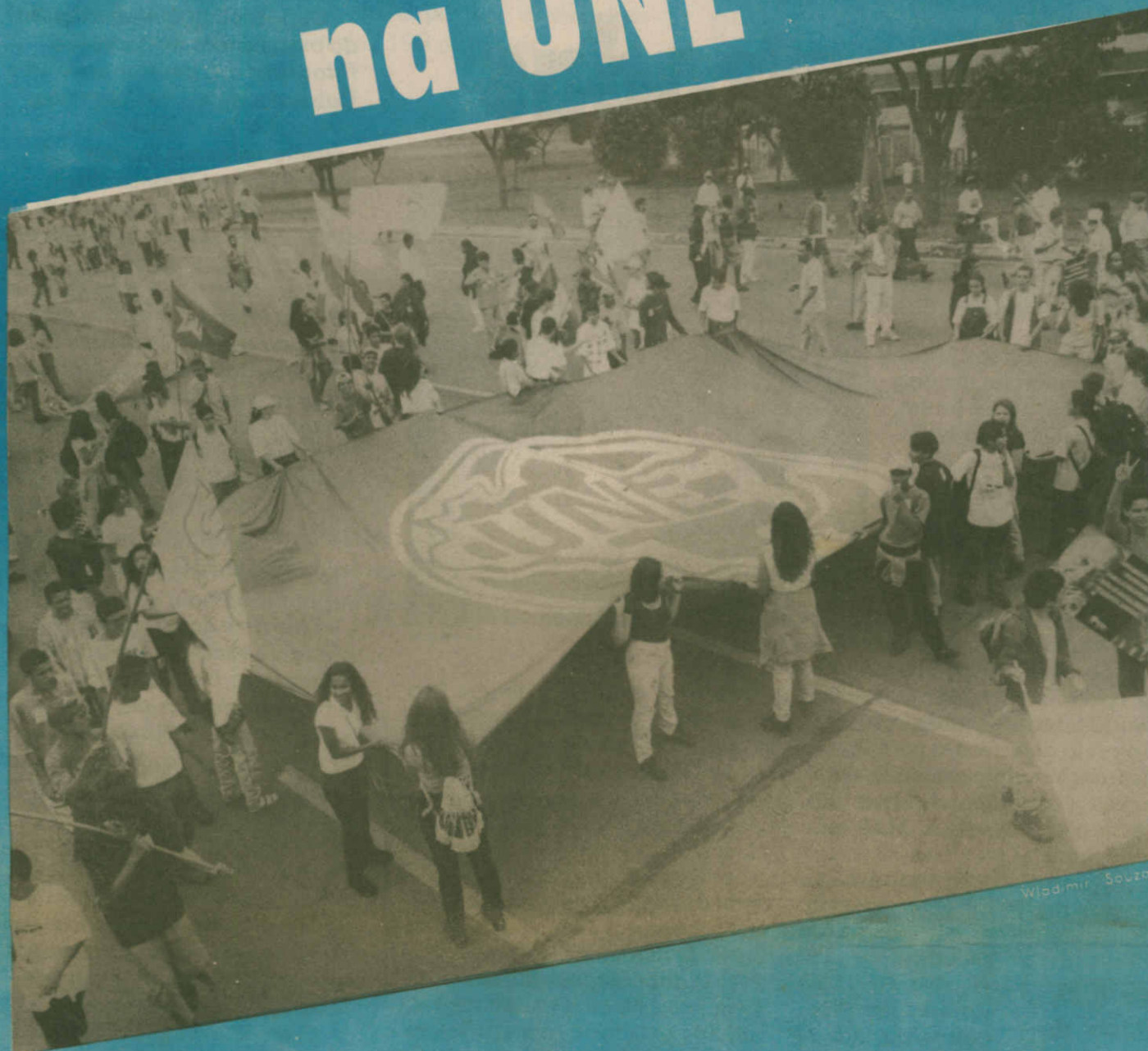
Reviravolta na UNE

O 45º Congresso da UNE será marcado pela disputa política entre dois caminhos opostos para a entidade e o movimento estudantil: a continuidade da política defendida pela atual diretoria da UNE — o que implica em acordos permanentes em detrimento da organização das lutas e no distanciamento dos estudantes —; ou a UNE como instrumento de luta intransigente contra o governo e seus planos que também atingem em cheio a Educação pública do país.

É neste segundo campo que estão os delegados eleitos pela Reviravolta, que é composta por militantes do PSTU e estudantes de vários pontos do país que concordam com as teses de Reviravolta.

Para esses estudantes, a única saída para o movimento estudantil brasileiro é aquela que já foi sinalizada pelos sem-terra, pelo funcionalismo público e por todos aqueles que resistem aos planos e às Reformas de FHC.

Por isso, a tese de Reviravolta tem como um de seus principais pontos a proposta de construir uma alternativa de esquerda e socialista para UNE. Uma alternativa que ao invés de ir buscar aliados nos corredores do poder, seja construída nas escolas, nas ruas e por todos aqueles que querem dar um basta a FHC. É essa Reviravolta que a UNE precisa.

Wladimir Souza

No 45º Congresso da UNE, não deixe de assinar o Opinião Socialista

Nome completo

Endereço

Cidade | Estado

CEP | Telefone

24 EXEMPLARES

- [ ] 1 parcela de R$ 25,00
- [ ] 2 parcelas de R$ 12,50
- [ ] 3 parcelas de R$ 8,40
- [ ] Solidária R$ ______

48 EXEMPLARES

- [ ] 1 parcela de R$ 50,00
- [ ] 2 parcelas de R$ 25,00
- [ ] 3 parcelas de R$ 16,70
- [ ] Solidária R$ ______

Envie cheque nominal ao PSTU no valor da sua assinatura total ou parcelada para a Rua Jorge Tibiriçá, 238 - Saúde - São Paulo - CEP 04126-000

PSTU

jornal Quinzenal

Endereço:
Rua Jorge Tibiriçá, 238
Saúde - São Paulo
CEP 04126-000

PORTE PAGO
DR/SP
PRT/SP 7168/92